

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 120 - JULHO DE 2019

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei Complementar.....	3
Leis Ordinárias.....	3
Decretos.....	4

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	5
Pareceres.....	7

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 741 12 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.736 18 DE JUNHO DE 2019

Altera o art. 2º da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.737 18 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.738 18 DE JUNHO DE 2019

Proíbe o ingresso de representantes de agências de modelos nos ambientes de escolas públicas estaduais visando ao recrutamento e/ou cadastramento de possíveis futuros clientes de seus serviços ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.739 18 DE JUNHO DE 2019

Institui o dia 23 de abril como o Dia Estadual do Escotismo, no âmbito do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.740 18 DE JUNHO DE 2019

Institui a Semana Desportiva Dedicada ao Idoso ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.741 18 DE JUNHO DE 2019

Reconhece o Município de Piratuba como a Capital Turística do Alto Uruguai Catarinense ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.742 27 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a divulgação de mensagem visando ao combate do assédio moral no âmbito da Administração Pública Estadual ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.743 27 DE JUNHO DE 2019

Institui a Semana Estadual de Segurança nas Escolas, no âmbito do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 138 31 DE MAIO DE 2019

Introduz a Alteração 4.048 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 140 4 DE JUNHO DE 2019

Declara como de interesse policial-militar e bombeiro-militar os cargos ocupados por militares estaduais no âmbito da Secretaria de Estado da Educação ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 141 6 DE JUNHO DE 2019

Nomeia Diretor Representante do Estado de Santa Catarina para a Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 142 6 DE JUNHO DE 2019

Introduz as Alterações 4.043 e 4.044 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 143 7 DE JUNHO DE 2019

Nomeia representante do Estado de Santa Catarina no Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 144 12 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 145 13 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 17.202, de 2017, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 146 19 DE JUNHO DE 2019

Introduz as Alterações 4.041 e 4.042 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 147 19 DE JUNHO DE 2019

Introduz as alterações 4.045 a 4.047 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 148 19 DE JUNHO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 153 24 DE JUNHO DE 2019

Altera o art. 73 do Decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS), e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 154 24 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 155 24 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 156 24 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 157 24 DE JUNHO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 163 27 DE JUNHO DE 2019

Determina a incorporação imediata dos recursos do superávit financeiro apurados no

Balço Patrimonial do exercício de 2018 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 164 27 DE JUNHO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 165 27 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 17.477, de 2018, que dispõe sobre a venda e o consumo de cerveja em estádios e arenas desportivas no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 168 12 DE JUNHO DE 2019

Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018 ([inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.832 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.834 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.835 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.836 4 DE JUNHO DE 2019

Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.838 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.839 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.840 5 DE JUNHO DE 2019

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de

2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.842 17 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.845 18 DE JUNHO DE 2019

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica ([inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.848

25 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6

de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.849

25 DE JUNHO DE 2019

Denomina Senador Luiz Henrique da Silveira trecho da BR-280 situado entre o Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, e o Município de Porto União, na fronteira entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.850

25 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, para criar a Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e de Conflitos Arbitrais, fixando as suas competências judiciárias, e estabelecer as competências judiciárias da Vara da Fazenda Pública, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 9.817

3 DE JUNHO DE 2019

Altera o Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.818

3 DE JUNHO DE 2019

Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.819

3 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.823

4 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, que disciplina o disposto na Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, na Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e na Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.825

5 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, para dispor sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conse-

lho de Segurança das Nações Unidas e por designações de seus comitês de sanções, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.830

10 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.843

19 DE JUNHO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.845

25 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.846

25 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.847

25 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.854

25 DE JUNHO DE 2019

Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.862

27 DE JUNHO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.863

27 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel e sobre o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.864

27 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dispõe sobre o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética ([inteiro teor](#)).

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 051/19
30 DE MAIO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

DESIGNAR, conforme I.N. Conjunta DGPA-SEA/DCOG-SEF nº 001/2011, os servidores FERNANDA PEREIRA DE FARIAS, Escrivão de Polícia Civil, matrícula nº 327.681-3-02, GABRIEL BONETTI, Contador, matrícula nº 952.889-0-01, MARCELO ANTÔNIO MATOS, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula nº 251.194-0-01, CLACI MARIA BECKER KUNZLER, Analista Técnico Administrativo II, matrícula nº 960.424-3-01 e suplentes, ADRIANA IARA DE OLIVEIRA SAGAZ, Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, matrícula nº 245.792-0-01 e ROSANE DE FÁTIMA DOS SANTOS, Contador, matrícula nº 955.068-2-01, para sob a presidência do primeiro, e na ausência deste, o segundo, comporem a COMISSÃO CENTRAL para procederem a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização, Exaustão, Inventário e Baixa dos bens móveis de caráter permanente e de consumo da Procuradora Geral do Estado de Santa Catarina, revogando as disposições em contrário, cessando os efeitos da portaria PGE/GAB Nº 57/2018.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA CORREGE/PGE 064/19
31 DE MAIO DE 2019

A CORREGEDORA-GERAL, no uso da competência conferida pelo artigo 12, incisos II e X, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com os artigos 11 e 13 da Lei Complementar nº 226, de 14.01.2002, e incisos VI e VIII do artigo 20 do Decreto estadual nº 724, de 18 de outubro de 2007,

CONSIDERANDO a premente sanção do Projeto de Lei de Reforma pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ocorrerá no início da próxima semana.

CONSIDERANDO que consta do Projeto de Lei da Reforma a extinção do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, cujas atribuições, bens e direitos serão absor-

vidos, integralmente em relação ao DEINFRA e parcialmente em relação ao DETER, pelo Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO que neste processo de assunção, caberá à Procuradoria Geral do Estado assumir, integralmente em relação ao DEINFRA e parcialmente em relação ao DETER, as demandas judiciais.

CONSIDERANDO que com a assunção dos feitos judiciais pelo Estado de Santa Catarina, caberá exclusivamente aos Procuradores do Estado a representação em Juízo, ex vi do artigo 132 da CF/88 c/c artigo 75, inciso II do CPC.

CONSIDERANDO a necessidade de organizar os trabalhos de transferências das ações judiciais em tramitação no DEINFRA e no DETER ora para a Procuradoria Geral do Estado ora para a ARES, de forma a evitar danos processuais e materiais aos entes públicos.

CONSIDERANDO que compete a esta Corregedoria Geral orientar as medidas destinadas a assegurar a regularidade dos serviços jurídicos e sua organização, ex vi do artigo 12, incisos II e X, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído procedimento especial de acompanhamento da assunção das ações judiciais em tramitação que tenham por parte o DEINFRA e o DETER.

Art. 2º O processo de transição da assunção pela Procuradoria Geral do Estado das demandas judiciais do DEINFRA e do DETER será coordenado pelo Subcorregedor de Autarquias e Fundações.

Art. 3º Caberá ao Gabinete da Corregedoria Geral promover estudos e emitir relatórios a fim de subsidiar manifestação da Corregedora-Geral a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo no tocante às necessidades de pessoal dos órgãos seccionais, integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos, nos termos da Lei Complementar nº 485/2010.

Art. 4º Para o acompanhamento das ações adotadas no processo de transição de que trata o artigo 1º e organização das informações e relatórios de que trata o artigo 3º, ambos da presente Portaria, será aberto processo administrativo específico no âmbito da Corregedoria Geral da PGESC.

Art. 5º. Finalizado o período de transição, será emitido relatório conclusivo.

REJANE MARIA BERTOLI
Corregedora-Geral

PORTARIA GAB/PGE 067/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Marcelo Antônio Matos, matrícula 251.194-0-01, para a Função de Confiança, nível FC-1, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA PGE/GAB Nº 068/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Evandro Petres, matrícula 221.634-5-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 069/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Astor Nina de Carvalho Junior, matrícula 951.004-4-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 070/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Alessandra Sayuli Saito, matrícula 952.213-1-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 071/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Joaquim da Rosa Xavier, matrícula 232.614-0-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 072/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Fátima Regina Foster Lobo, matrícula 238.363-2-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 073/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Vera Lúcia Mafra, matrícula 237.065-4-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 074/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Rosane de Fátima dos Santos, matrícula 955.068-2-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 075/2019
13 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a Procuradora do Estado Rejane Maria Bertoli, matrícula 287.960-3-01, da Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, a contar de 16/05/2019.

Art. 2º Designar o Procurador do Estado Evandro Regis Eckel, matrícula 319.672-0-01, para integrar a Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, a contar de 06/06/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 077/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Aline Salvador Sorgen, matrícula 950.227-0-02, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 078/2019
14 DE JUNHO DE 2019

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Jucély Coelho, matrícula 953.249-8-01, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 079/2019
14 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Aline Salvador Sorgen, matrícula 950.227-0-02, para a Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 12 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PARECER Nº 171/19-PGE

PROCESSO: SCC 00003950/2019

ASSUNTO : Diligência de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Diligência ao Projeto de Lei nº 0072.6/2019, que “ Altera a Lei a Lei n.º 10.567, de 1997, que ‘ Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências, para limitar a isenção ao âmbito estadual, bem como diferenciar as duas modalidades de doação quanto ao modo de comprovação.”

PARECER Nº 172/19-PGE

PROCESSO: SCC 00003922/2019

ASSUNTO: Diligência a Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

EMENTA: Diligência - Projeto de Lei nº .0057.7/2019, que “Dispõe sobre a vedação de qualquer tipo de embarço, exigência, proibição, cobrança aos motoristas profissionais das categorias de transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de cargas e seus empregadores de usarem os pátios dos postos de combustíveis para cumprimento da lei do descanso, dentro do Estado de Santa Catarina, conforme determina a Lei federal nº 13.103/2015 e estabelece outras providências.” Invasão da competência da União para legislar sobre Direito à Propriedade. Art. 22, Inc. I, da Constituição Federal. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 173/19-PGE

PROCESSO: SJC 52286/2017

INTERESSADO: Fábio Antunes Ramos e outro

EMENTA: Sindicância punitiva. Fuga de detento da UPA de Videira durante procedimento de liberação de presos vinculados ao regime semiaberto. Falha administrativa decorrente de inúmeros fatores. Agentes Penitenciários sindicados. Ausência de comportamento específico e determinante da evasão. Absolvição reconhecida pela comissão de sindicância e pelo Secretário da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Medida adequada. Parecer da Consultoria Jurídica da SJC. Recomendação para abertura de sindicância punitiva contra o Chefe de Segurança da UPA à época dos fatos. Autoria que não se mostra evidente ante os motivos consignados no Parecer. Necessidade, todavia, de instauração de sindicância investigativa ou procedimento equivalente para averiguar o controle de saída de presos na Unidade Prisional.

PARECER Nº 178/19-PGE

PROCESSO: ADR01 60/2019

INTERESSADO: Agência de Desenvolvimento

Regional de SMO - ADR01

EMENTA: Consulta. Pagamento de multa de trânsito de responsabilidade do condutor, ex ocupante de cargo em comissão, não realizado administrativamente. Inscrição de crédito não tributário em Dívida Ativa. Possibilidade.

PARECER Nº 180/19-PGE

PROCESSO: PGE 1229/2019

INTERESSADA: Procuradoria Geral do Estado

EMENTA: Licitação. Contratação do CIASC. Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação. Dispensa de Licitação - art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Prestação do serviço após termo final do contrato. Pagamento devido. Impossibilidade de enriquecimento sem causa do Estado. Pagamento a título de indenização.

PARECER Nº 181/19-PGE

PROCESSO: SCC3939/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

INTERESSADO: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

ASSUNTO: COJUR - Diligência de Projeto de Lei

EMENTA: Diligência – Projeto de Lei que trata de causas impeditivas à participação em licitações – Distinção entre concorrentes – Tema afeto a normas gerais – Competência da União (artigo 22, XXVII, CF/88) – Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 182/2019-PGE

PROCESSO: PGE 555/2019

ORIGEM: Procuradoria Geral do Estado

EMENTA: Licitação. Aquisição de revistas. Contratação direta. Empresa detentora de exclusividade na edição, distribuição e comercialização de periódicos. Procedimento de inexigibilidade de licitação. Art. 25, da Lei nº 8.666/1993.

PARECER Nº 183/19-PGE

PROCESSO: SES 3733/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde

EMENTA: Contrato 259/18 CBMSC. Prestação de serviço para o Samu. 13º salário. Provisiönamento. Necessidade de realizar uma análise contábil e financeira do contrato para esclarecer sobre eventual valor devido.

PARECER Nº 184/19

PROCESSO: SCC 0004761/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 138/2018 que “Proíbe o ingresso de representantes de agências de modelos nos ambientes de escolas públicas estaduais visando o recrutamento e/ou cadastramento de possíveis futuros clientes de seus serviços”. Constitucionalidade. Competência Legislativa Concorrente. Artigo 24, incisos IX e XV da Constituição Federal.

PARECER Nº 185/19

PROCESSO: SCC 4631/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Projeto de lei que “altera a Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências”.

1. São competentes os Estados Federados para legislar sobre benefícios fiscais relativos ao ICMS, conforme art. 150, § 6º, da Constituição Federal.
2. Iniciativa adequada.
3. Não apresenta vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade.

PARECER Nº 186/19-PGE

PROCESSO: SCC 4758/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Projeto de lei que “altera o art. 2º da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências”.

1. São competentes os Estados Federados para legislar sobre direito tributário, conforme art. 24, I, da Constituição Federal.
2. Iniciativa adequada.
3. Não apresenta vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade, exceto no que tange à ressalva referente à observância dos princípios da anterioridade nonagesimal.

PARECER Nº 187/19-PGE

PROCESSO: PGE 1912/2019

INTERESSADOS: Procuradoria Geral do Estado e WJ Serviços de Informática Ltda.

EMENTA: Contrato de prestação de serviços de suporte técnico de manutenção ao sistema SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas instalado na Procuradoria Geral do Estado. Termo aditivo. Supressão de reajuste. Possibilidade. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993.

PARECER Nº 189/19-PGE

PROCESSO: SEF 8179/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Fazenda

EMENTA: Reforma administrativa. 1) Autorização para o remanejamento de dotações orçamentárias. Artigo 155 do PLC 0008.4/2019. Desnecessidade de alteração da Lei nº 16.859/2015, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019; 2) DETRAN. Integrado ao Gabinete do Governador. Órgão da Administração Pública Direta.

PARECER Nº 190/19

PROCESSO: SCC 5071/2019

ORIGEM: Secretaria do Estado da Casa Civil

INTERESSADO: Governador do Estado

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 051/2019. Institui a Semana Estadual de Segurança nas Escolas, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Instituição de Ação Governamental. Aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do chefe do executivo. Inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

PARECER Nº 191/19-PGE

PROCESSO: SCC 5074/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei. Instituição pública. Projeto de origem parlamentar. Cria atribuições para o Poder Executivo. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

PARECER Nº 192/19-PGE

PROCESSO: PGE 591/2019

ORIGEM: Procuradoria Geral do Estado

EMENTA: Procedimento licitatório. Locação de imóvel. Dispensa de licitação. Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Regularidade do procedimento.

PARECER Nº 193/19-PGE

PROCESSO: PGE 1170/2019

ORIGEM: Procuradoria Geral do Estado

EMENTA: Aditivo ao contrato de locação de imóvel. Alteração Contratual. Inclusão de Empresa e modificação da forma de pagamento. Hipótese

de acordo entre as partes. Viabilidade jurídica. Procedimento previsto no art. 65, inciso II, alínea "c", da Lei nº. 8.666/1993.

PARECER Nº 194/19-PGE

PROCESSO: SANTUR 616/2018

INTERESSADO: Myriam de Mello Araújo Lehmkuhl

ORIGEM: Santur - Santa Catarina Turismo S/A.

EMENTA: Empregado da SANTUR. Pleito de manutenção do pagamento de gratificação pelo exercício ininterrupto de função gratificada por período superior a dez anos. Direito à incorporação da gratificação assegurado pelo art. 7º, inc. VI, da CF/1988, e art. 468, da CLT. Aplicação da Súmula nº 372 do Tribunal Superior do Trabalho. Precedente: Parecer nº 70/2012-PGE.

PARECER Nº 195/19-PGE

PROCESSO: SEF 378/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Fazenda

EMENTA: CODESC - Liquidação - Transferência dos ativos para o Estado de Santa Catarina - Expressa previsão legal (Lei 17.220/2017) - Participação da Fazenda Estadual no quadro de ações da Companhia Sapiens Parque Ltda - Efeito natural da observância da Lei 17.220/2017 Óbice do artigo 9º, §4º, da Lei 11.079/2004 - Inexistência de Parceria Público-Privada - Inaplicabilidade. Destino dos ativos da CDDESC - Necessidade de remessa dos autos à Secretaria de Estado da Casa Civil, para ciência e eventual manifestação do Chefe do Poder-Executivo.

PARECER Nº 196/19-PGE

PROCESSO: SEF 10446/2018

INTERESSADO: Berenice de Carvalho Tonelli Largura

ORIGEM: Secretaria de Estado da Fazenda

EMENTA: Servidora Inativa. Pedido de reconsideração. Indenização de férias não gozadas. Pagamento administrativo. Direito assegurado pela DPro nº 001/2018-PGE. Prescrição. Não ocorrência.

PARECER Nº 197/19-PGE

PROCESSO: SEF 20850/2018

INTERESSADO: Secretaria de Estado da

Fazenda - SEF

EMENTA: Convênio Confaz nQ 85/2011. Receitas Públicas. Classificação de risco. Recomposição ICMS. Quota parte municipal.

PARECER Nº 199/19-PGE

PROCESSO: SCC 5556/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Dispõe sobre a doação de imóvel do Estado. PL de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça. Falta de competência constitucional do Poder Judiciário para a iniciativa de lei sobre alienação de imóvel do Estado. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade: Recomendação de veto.

PARECER Nº 202/19-PGE

PROCESSO: SEF 4931/2018

ORIGEM: Secretaria de Estado da Fazenda

EMENTA: Verificação, na vigência de contrato administrativo, pela fazenda estadual, de inadequação no recolhimento do icms pela contratada. verificação do equívoco. Proposta de regularização, pela contratada, com a abertura de filial em Santa Catarina. Estabelecimento de data-limite para regularização, sob pena de glosa dos valores indevidamente recolhidos

PARECER Nº 203/19-PGE

PROCESSO: SCC 5538/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Dispõe sobre a instituição o Dia Estadual do Motofretista (Motoboy e Mototaxista). Projeto de lei de iniciativa de Deputado Estadual. Ausência de vício de inconstitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 204/19-PGE

PROCESSO: SCC 5543/2019

ORIGEM: Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Institui carteira de identificação de Autista. PL de origem parlamentar. Cria encargos para o Estado e altera as atribuições da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Vício de inconstitucionalidade. Art. 32 c/c art. 50, § 2º, inc. VI, da CE. Recomendação de veto.